



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

PARCERIA FAMILIA-ESCOLA: limites e possibilidades

CLEIDMAR COSTA DE ALMEIDA PINHO

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PARCERIA FAMILIA - ESCOLA: limites e possibilidades

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestre Priscila Rezende Moreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE , 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLEIDMAR COSTA DE ALMEIDA PINHO

PARCERIA FAMILIA- ESCOLA: limites e possibilidades

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 01 de agosto de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

- Avaliador -

Profa. Mestre Priscila Rezende Moreira- Orientadora

Cleidmar Costa de Almeida Pinho-Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo José Geraldo, aos meus filhos Bruno e Nathália pelo apoio incondicional, pelo companheirismo, pelo incentivo na busca dos meus objetivos que me fizeram perseverar até a conclusão deste trabalho, sempre com muito amor e carinho.

Obrigada por fazerem parte da minha vida...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda equipe da Escola de Gestores da Educação Básica da Universidade Federal de Minas Gerais.

As Professoras Orientadoras Jeanne e Priscila pela competência na orientação que tanto colaboraram no desenvolvimento do PPP e do TCC.

Aos colegas do curso pelas contribuições através dos fóruns de interação de grupos, principalmente a Elisângela e Elma companheiras na construção do PPP.

Especialmente a Deus que com sua luz divina iluminou-me com sabedoria para agraciar-me de conhecimentos em toda minha trajetória acadêmica.

A todos o meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

“O importante e bonito do mundo é isso: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam.”

João Guimarães Rosa

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso-TCC faz alguns questionamentos sobre a relação família-escola a partir da análise do Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola Estadual Ariano Suassuna, apresenta reflexões a cerca da relação entre ambos os segmentos, possíveis influências no desenvolvimento humano e na aprendizagem escolar e como essa relação pode ser um importante instrumento de integração e participação na gestão escolar na busca da qualidade e melhores resultados na aprendizagem. Para a realização do mesmo procuro dialogar com Carvalho (2000) que aponta a família como uma das variáveis responsáveis pelo sucesso ou fracasso escolar do aluno, e com as autoras Dessen & Polonia (2007) que consideram as instituições escola e família como contextos de suma importância na formação e no desenvolvimento humano. Algumas considerações são feitas no sentido de promover uma parceria mais efetiva entre a família e a escola buscando garantir a efetivação da gestão democrática e o direito à educação.

Palavras- chave: Relação Família-Escola, Gestão Escolar, Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2. JUSTIFICATIVA	11
3. OBJETIVOS	13
3.1 Objetivo Geral	13
3.2 Objetivos específicos	13
4. PARCERIA FAMILIA - ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES	14
4.1. As relações Família-Escola: contribuições na melhoria da qualidade do ensino	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
ANEXO 1- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL ARIANO SUASSUNA.....	24

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como foco a importância da participação da família no que diz respeito ao auxílio dos problemas vivenciados na Escola Estadual “Ariano Suassuna”, tais como, altos índices de evasão, repetência e baixos rendimentos nas avaliações. Verificou-se, a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, que os mesmos podem ser reduzidos a partir de um trabalho criterioso de resgate da família ao ambiente escolar.

A Escola Estadual “Ariano Suassuna” está localizada na região noroeste de Belo Horizonte. Desta forma, grande parte da nossa comunidade está exposta a altos índices de violência urbana e vulnerabilidades sociais. Uma parcela de nossos alunos é assistida pelo programa do Governo Federal Bolsa Família, programa este vinculado ao controle de presença do aluno na escola e instituído pela Lei nº10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004 (BRASIL, 2004).

Fundada nos anos 1950, inicialmente por iniciativa de antigos moradores, só mais tarde se tornou uma instituição pública (1967). Possui uma estrutura física razoável e com capacidade de atender até 1200 alunos. Atualmente está atendendo 1100, sendo que: o 1º ao 3º ano do Ensino Médio funciona no período da manhã, a tarde 6º ao 9º do Ensino Fundamental, com 240 alunos, e a noite a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 1º ao 3º período.

Avaliando os resultados dos anos 2013/2014 constatamos que há altos índices de evasão, principalmente no 1ºano do Ensino Médio e no 1º período da EJA (chegando em 2014 a 15,71% no 1º ano EM e de 32,14% no 1º período da EJA). Quanto à reprovação, neste mesmo ano foi de 22,39% no 1º ano do EM, e, ainda, aproximadamente 27% dos alunos da escola foram aprovados com progressão parcial, ou seja, reprovado em até 03 disciplinas com direito a cursar a série seguinte (Resolução SEE/MG nº 2197, de 26 de outubro de 2012). Conseqüentemente tais resultados influenciam na nota do IDEB que em 2013 foi de 3,7, nota esta considerada baixa diante da meta estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE) através do Plano de Metas e Acordo de Resultados firmados entre a Escola e a Secretaria de Estado de Educação que foi

de 4.5. Desta forma, torna-se evidente a necessidade de uma intervenção pedagógica e maior participação da família na tentativa de melhorar estes índices.

Entretanto, durante a elaboração do PPP da E.E. “Ariano Suassuna”, observamos a dificuldade de nos reunirmos com os pais, até mesmo nas reuniões para entrega de resultados bimestrais. A maioria dos pais justifica a ausência devido à impossibilidade de faltar ao trabalho, por não serem dispensados pelos patrões¹; outros não comparecem sem oferecer justificativa à escola, mesmo após a comunicação escrita e apelo da direção da instituição.

A participação da família nas decisões da escola está vinculada aos eixos do Projeto Político Pedagógico: Organização Pedagógica e aos Processos de Decisão. A meta 19 do PNE (2011-2020) busca assegurar a participação da comunidade na construção da gestão democrática. A interação família escola esta igualmente prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996).

Segundo Barreto (2005, p.2) mesmo que na atualidade existam os Conselhos Escolares, Colegiados e Associações de Pais e Mestres, é enorme a dificuldade de se conseguir pais disponíveis para participar dos colegiados escolares. A participação da família é bastante tímida nas reuniões, são poucos os pais que comparecem à escola quando solicitados e, se participam muitas vezes, apenas reforçam aquilo que já foi decidido. Para a autora, costumeiramente as escolas demandam da família a participação na manutenção e custeio devido à escassez de recursos disponíveis nas escolas, o que segundo ela é restrito e questionável. Não obstante as questões pedagógicas e disciplinares essencialmente importantes vão ficando em segundo plano.

Desta forma, a referida escola tem buscado estratégias para atrair a família para compartilhar a gestão escolar no intuito de melhorar a qualidade da educação. Não obstante, reconhece que essa ausência influencia os processos de gestão democrática da escola pública, uma vez que, a participação da família é a parte primordial para a efetivação da gestão democrática.

¹ No entanto, a participação da família na gestão da escola, bem como ter ciência do processo pedagógico e da frequência do filho é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990 Art.53),

É neste contexto que o modelo de gestão democrática e de envolvimento das famílias na escola é assimilado com a tendência de descentralização da gestão da educação e a busca pela melhoria da produtividade e qualidade da educação pública. Desta forma, a assistência aos filhos nas atividades escolares é também difundida como forma de participação da família na gestão da escola.

Segundo Carvalho (2000 p.150), no Brasil, a relação família e escola tem sido pouco estudada, tanto que existem poucos artigos publicados sobre o assunto. No entanto, esta questão é bastante atual e relevante devido as suas atribuições e implicações no sucesso ou fracasso escolar dos alunos e na gestão da escola.

2. JUSTIFICATIVA

Diante das dificuldades encontradas pela escola em reunir os pais dos alunos na escola, nas reuniões de pais, nas assembleias e no comparecimento às reuniões do colegiado, a escola é desafiada a criar estratégias para trazer a família a participar na gestão da escola, desta forma, efetivando a democracia no espaço escolar.

A família é a primeira sociedade a qual pertencemos, portanto a primeira mediadora entre o homem e a cultura (Dessen & Polonia,2007 p.25). Para as autoras, as instituições escola e família constituem contextos de suma importância no desenvolvimento humano. A escola como difusora do conhecimento e a família com matriz das aprendizagens humanas por meio de suas práticas culturais e vivências exercem grandes influências na aprendizagem e na socialização dos jovens.

Nos dias atuais, com as mudanças nos modos de vida, os adventos de novas tecnologias, as mudanças econômicas e sociais, definitivamente afetam a estrutura familiar e trazem transformações nos papéis familiares. Desta forma, a mulher, antes dona da casa e responsável pela educação dos filhos, é agora também parte economicamente ativa no orçamento doméstico. Além dos afazeres da casa, a mulher trabalha fora, ficando a tarefa de educação dos filhos, muitas vezes, completamente a cargo da escola. Essa se encontra em um grande desafio: ser a mediadora do conhecimento e também da formação humana antes garantida pela família. A escola pública não se encontra aparelhada de material humano e também de estruturas físicas para enfrentar estes desafios. Para as autoras (Polonia & Dessen 2007 p.29), neste caso o cenário político influencia bastante a busca pela solução dos problemas que expõem os muros da escola, para elas sem o apoio da família e do poder público, o insucesso, a evasão, a exclusão e baixa qualidade permanecerá. Ainda:

(...) apesar de a escola desenvolver aspectos inerentes à socialização das pessoas e ser responsável pela construção, elaboração e difusão do conhecimento, ela vem passando por crises vindas do cotidiano, que geram conflitos e descontinuidades como a violência, o insucesso escolar, a exclusão, a evasão e a falta de apoio da comunidade e da família, entre outros. Para superar os desafios que enfrentam, hoje,

uma das alternativas é promover a colaboração entre escola e família (Polonia & Dessen, 2007 p.29).

Portanto, acreditamos que a mobilização dos principais interessados na melhoria da educação, certamente levará a conquistar os objetivos, sejam: alunos, professores, servidores, gestores, pais e as instituições envolvidas no processo. Considerando o papel preponderante da Escola na formação da criança e do jovem, propõe avaliar como uma rede de formação cultural educativa pode ampliar novos caminhos para a vivência escola ao promover a participação na gestão. Desta forma, a escola garante efetivamente o direito à educação de qualidade, incentiva a participação de todos no Projeto Político Pedagógico e na gestão democrática e participativa.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

- Verificar a participação da família na gestão da escola e de que maneira ela pode influenciar na qualidade da educação e melhorar o rendimento escolar dos alunos.

3.2 Objetivos específicos

- Verificar aspectos no processo democrático da escola pública, quanto à participação da família na gestão da escola;
- Refletir às formas de participação dos pais e alunos acerca da ampliação da jornada escolar, por meio de atividades extraescolares;
- Relatar a importância da construção do PPP para a identificação dos problemas e proposições de soluções que dizem respeito à parceria família-escola.

4. PARCERIA FAMILIA - ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Observou-se durante a elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Ariano Suassuna que, dos segmentos participantes, o de pais é o que pouco colabora e participa. Diante dos problemas apresentados pela escola, verificou-se, a partir da análise do mesmo, que problemas como: violência, evasão, repetência, baixos rendimentos nas avaliações podem ser minimizados a partir da busca da família como parceira da escola na resolução de problemas.

Diante da ausência da família nas reuniões de pais, nas assembleias e nas reuniões do colegiado, a EE Ariano Suassuna é provocada a criar táticas que promovam efetivamente a participação da família na vida escolar dos filhos. Tal iniciativa torna-se um desafio diante do perfil econômico e das justificativas das famílias que alegam falta de tempo devido à jornada de trabalho. Segundo Cury (2007, p.488) aspectos econômicos e sociais exercem influência nos resultados acadêmicos tanto forma positiva como negativa, afirma que:

Estudos e pesquisas contemporâneos mostram, à sociedade, que a natureza e o grau de conhecimentos adquiridos e incorporados podem também corroborar o sucesso ou o fracasso escolar, esse último advindo, em boa parte, da situação social desigual, com consequências para a vida posterior dos estudantes (CURY, 2007, p.488).

Tradicionalmente, a participação das famílias com rendas mais baixas na educação dos filhos sempre foi menor. Já entre as famílias de classe média e das escolas particulares, a figura da mãe que se dedica diariamente da aprendizagem e do rendimento escolar dos filhos, que conhece a professora, a rotina da escola e frequenta regularmente as reuniões e comemorações escolares é uma realidade bastante comum (CARVALHO, 2000, p.144). Ao contrário da escola pública, que atende as famílias de baixa renda, grande parte moradores da periferia, faz parte do cotidiano da escola as constantes reclamações dos professores frustrados com a falta de interesse dos alunos, com as dificuldades de aprendizagem e com a ausência da participação da família na vida escolar das crianças.

Historicamente a família é chamada a contribuir com a aprendizagem e ao mesmo tempo é responsabilizada pelo sucesso ou fracasso escolar. Segundo

Carvalho (2000 p. 144) o sucesso escolar é responsabilizado em grande parte pelo apoio da família que investe tanto na atenção individual como nas dificuldades de aprendizagem. No entanto, a diferença está muitas vezes, na classe social. A família que atua na educação dos filhos é provida de recursos financeiros e culturais, possuem tempo livre e nível de escolaridade elevado, principalmente da mãe. Desta forma fica explícito o conceito de capital cultural defendido por Bourdieu (1987, apud CARVALHO, 2000 p. 144). A família dotada destes atributos está presente nos resultados positivos de aprendizagem, conta com a mãe em tempo integral ou contratam professores particulares para aulas de reforços e até assistência de psicopedagogos e psicólogos. Tais famílias contribuem de duas maneiras: primeiro, constroem currículo e sucesso escolar implícitos no capital cultural familiar que é herdado pelos filhos da socialização primária que supõe uma afinidade cultural entre escola e família (Bourdieu, 1977; Bourdieu, Passeron, 1977, apud Carvalho, 2000 P.144). Segundo, ao enviar os deveres de casa a escola capitaliza o investimento dos pais, uma vez que tal atividade requer condições materiais e simbólicas, inclusive tempo livre, recursos econômicos, professores particulares e professor-coadjuvante, normalmente papel exercido pela mãe (idem).

Para Carvalho (2000 p.146) a participação da família nas políticas escolares e na gestão da escola é objeto de discursões desde os anos de 1980, momento do surgimento do conceito de gestão democrática da escola, a família é chamada a fazer parte da gestão escolar. Neste contexto, as políticas das atividades de “para casa”, vem situando o lar como a extensão da sala de aula, e o dever de casa, uma tarefa realizada em casa e fora do horário de aula, passível de punição em caso de não realização da mesma.

O dever de casa ou o “para casa”, tradicionalmente faz parte da nossa cultura escolar. A autora no artigo busca diferenciar a relação família- escola na escola pública da escola particular ou privada no que diz respeito às atividades extraclasse, argumenta que:

No caso da escola privada de classe média supõe-se que a sua aceitação (principalmente pelos pais) como prática rotineira esteja associada ao fato de a jornada letiva diária e anual serem percebidas como curtas de insuficientes para o progresso escolar (CARVALHO, 2000 p.147).

De forma contraditória na escola pública a tarefa de casa não é compreendida da mesma forma, diversos aspectos muitas das vezes as tornam inviáveis. Na E.E. Ariano Suassuna não é diferente, nas famílias não há uma cultura que estimule o aluno nas atividades escolares, no dever de casa, e de finalidade da educação como meio de promover o aluno para prosseguir estudos e conseqüentemente uma melhor ascensão social e colocação no mercado de trabalho.

(...) na escola pública reconhece-se que os baixos níveis de escolaridade e renda de sua clientela desestimulam tanto a participação dos pais nas reuniões escolares quanto na adoção dos deveres de casa (CARVALHO, 2000 p.147).

Observa-se que a clientela da escola, na sua maioria, por pertencerem à classe baixa, espera que o aluno conclua pelo menos o Ensino Médio para serem inseridos no mercado de trabalho, reforçando assim o orçamento doméstico. E ainda, grande parte desses alunos são aliciados por traficantes para o tráfico de drogas e inseridos no mundo do crime, cometendo pequenos furtos e roubos. Infelizmente esta é a uma das realidades da maioria das periferias das grandes cidades brasileiras. Desta forma, não há efetivamente uma participação familiar na vida escolar dos alunos, tanto por falta de interesse, como também pela dificuldade em conciliar a organização da vida das famílias diante da necessidade da jornada intensa de trabalho e dificuldades financeiras no orçamento doméstico.

Ainda, para Carvalho (2000, p.149) responsabilizar os pais pelo sucesso ou fracasso escolar dos filhos e pela eficácia da escola pode produzir efeitos perversos no modelo de parceria família-escola, neste caso, a escola nega os modelos de família no contexto atual, a profissionalização do magistério e apaga a distinção entre educação formal e informal.

Do ponto de vista histórico, essa política aparentemente tenta reverter o projeto da educação pública moderna que, precisamente, se sobrepôs à educação da família e da comunidade. Assim, o papel acadêmico atribuído à família nega a especificidade da educação escolar e afeta o papel profissional docente, contra toda uma história de diferenciação institucional, especialização funcional (Bidwell, 1991; Tyack, 1976) e profissionalização do magistério. Além disso, apaga a distinção entre educação formal e informal, reduz a educação à escolarização e confunde o papel paterno/materno com o papel docente. E, contraditoriamente, desconhece as mudanças nas formas de organização familiar que vêm distanciando um grande número de famílias do modelo de família patriarcal em que a mãe se dedica integralmente aos

filhos e à vida familiar, omitindo, portanto, as razões pelas quais a maioria dos pais/mães não colabora da maneira que as escolas e as professoras esperam (CARVALHO, 2000 p. 149).

De acordo com essa autora, políticas públicas atreladas e financiadas pelo Banco Mundial associam e recomendam a maior comunicação da escola com os pais, a extensão do período de estudos via lição de casa como fatores determinantes para se obter melhores resultados educacionais. E ainda, segundo relatórios do Banco Mundial (1997, apud CARVALHO, 2000 P.148), o nível de escolaridade da mãe é fator determinante do desempenho escolar do aluno, assim como, melhores resultados escolares das crianças ao maior nível de escolaridade dos adultos e que pais exigentes influenciam no desempenho das escolas. Portanto, o maior envolvimento das famílias na educação equivale ao maior aproveitamento, permanência, menos evasão e reprovação.

Para a escola e para os professores tal modelo traz contradições: pressupõe a reeducação de pais/mães e sugere que pais atuem como professores em casa, diminuindo, desta forma, a figura profissional, o saber e formação especializada dos professores e finalmente, os coloca em posição de inspetores dos professores e da escola contribuindo para acentuar os conflitos já existentes entre os profissionais da escola e os pais/ e ou responsáveis.

Para os pais/mães e para a vida familiar, essa política induz a tensões. Ao adotar implicitamente um único modelo de família (modelo tradicional), ignorando o contexto atual da diversidade econômica como de modelo familiar de diferentes chefes de família. E ainda, sugere aos pais a participação na gestão escolar, atividade que requer tempo disponível e conhecimentos específicos e a difícil missão de organização coletiva.

As consequências desta política antidemocrática são previsíveis: atribuir obrigação e responsabilidades ao desenvolvimento acadêmico das crianças e ao sugerir um ambiente doméstico educativo em conformidade ao currículo escolar, nega as diferenças de capital econômico, social e cultural, acentua as desigualdades na aprendizagem e nos resultados escolares, privilegia o currículo escolar ao impor a uniformidade da cultura escolar para o reduto da vida privada e doméstica. Quanto às relações de gênero pode induzir ao efeito do reforço da divisão social do trabalho e cuidado infantil, relegado as mulheres, ampliando nesse caso, a necessidade de

incluir formação acadêmica além dos deveres domésticos. Outro efeito possível é a discriminação de classe, raça e gênero, possibilitando que pais pobres sirvam de pintores da escola, mães de baixa renda servindo merenda e pais e mães de classe média façam parte dos conselhos escolares (Bourdieu, 1987 apud Carvalho, 2000.p.150).

Apesar de Carvalho (2000 p.150) considerar a família como uma das variáveis responsáveis pelo fracasso ou sucesso escolar do aluno, a sua contribuição para o seu desenvolvimento e aprendizagem humana é inegável, segundo Polonia & Dessen (2005, p.304), considerando que um dos principais papéis é a socialização humana das crianças, ao participar da vida escolar dos filhos, os pais contribuem com a aprendizagem dos mesmos.

A E.E. Ariano Suassuna busca: formar um ser humano integral, ético, crítico-reflexivo e principalmente atuante no meio em que vive. Diante desta filosofia, apresentada no Projeto Político Pedagógico, considera fundamental a participação e o envolvimento de todos os seus atores neste processo. Desta forma, é mister que a escola busque a cada dia melhorar o desempenho de seus alunos, respeitando as limitações e contexto social do qual fazem parte.

4.1. As relações Família-Escola: contribuições na melhoria da qualidade do ensino

A família e a escola compartilham as funções sociais, políticas e educacionais, ambas são responsáveis pela construção e transmissão dos conhecimentos sistematizados e culturalmente organizados (Polônia & Dessen, 2007 p.22). Para tanto, são consideradas instituições fundamentais no contexto do desenvolvimento humano. Enquanto a escola assegura a aprendizagem sistemática dos conteúdos escolares, a família favorece os processos de socialização, a proteção, as condições de sobrevivência e o desenvolvimento dos seus membros no plano social e afetivo. Para as autoras, a família como primeira mediadora entre o homem e a cultura, fomenta o desenvolvimento e experiências que vão proporcionar as crianças comportamentos e ações que os diferenciam e os preparam para enfrentar conflitos, controlar e expressar diferentes sentimentos. Assim como, a

escola também contribui para o desenvolvimento do indivíduo, além das disciplinas científicas, as noções de ação política e busca da cidadania e da construção de uma sociedade mais igualitária. Neste contexto, a escola deve buscar não apenas a aprendizagem de conteúdos, mas ir além, buscando formar um cidadão crítico e agente de transformação. “*A escola não tem condições de educar sem a colaboração da família*” (López, 1999/2000, apud Polônia & Dessen, 2005 p.304).

A escola contemporânea está sendo desafiada a criar estratégias de aprendizagem, de permanência e melhores índices de aprovação dos seus alunos. Tais desafios se devem a pouca ou nenhuma participação da família na educação dos filhos. Na Escola Estadual Ariano Suassuna, assim como na maioria das escolas públicas, esta questão é uma realidade. A maioria dos alunos da escola faz parte de famílias de baixo poder aquisitivo, sendo que adolescentes a partir dos 14 anos são trabalhadores “menores aprendizes” (programas de formação de alunos para o mercado de trabalho). Desta forma, muitos desses alunos, com o apoio da família, desistem da escola para trabalhar. Uma parcela muito pequena prossegue os estudos após o Ensino Médio, em 2014 apenas 07 alunos foram aprovados no vestibular (faculdades particulares). Quanto à assistência nas atividades escolares, observa-se que a contribuição da família seria relevante, no entanto, na referida escola, constituída principalmente nas de famílias de baixa renda, onde os pais e mães são obrigados a trabalhar fora, normalmente com uma carga horária maior, os alunos não conseguem participar tanto das atividades de “para casa” e das atividades escolares. Com relação à evasão e à repetência escolar, é sabido que a estrutura familiar tem um forte impacto na permanência, podendo evitar ou intensificar a evasão e a repetência. Não obstante, a ausência de hábitos de estudos, a falta às aulas e os problemas comportamentais são agravantes da desistência e reprovação (Polônia & Dessen, 2007 p.27).

Também, as famílias contemporâneas têm deparado com as constantes mudanças ocorridas na sociedade, isto é, há um conflito entre os valores antigos e os estabelecidos com as novas relações oriundas das transformações sociais e econômicas. Desta forma, a escola é também retratada e refletida pelas mudanças ocorridas na sociedade.

Segundo Polônia & Dessen (2007 p.23), o conceito de família e a configuração dela tem evoluído para representar as relações que se estabelecem na

sociedade atual. Surgiram novas configurações e não existe um modelo ideal, visto que são várias as formas de interações entre as pessoas. Portanto a escola precisa considerar, por exemplo: que ser adolescente em uma família nuclear tradicional com irmãos biológicos é diferente de sê-lo em uma família na qual um dos cônjuges é casado mais de uma vez, conviver com padrastos e irmãos não biológicos, entre outros tipos de arranjos familiares. No entanto, a escola isola o currículo, enfatiza apenas os conhecimentos escolares, ignora ou minimiza os efeitos que vem de outros contextos e que influenciam a aprendizagem formal do aluno, suas vivencias e suas concepções.

A educação em seu sentido amplo, segundo (Polonia & Dessen, 2007 p.29), é um instrumento de grande importância para enfrentar os desafios do mundo globalizado e imerso em tecnologias. Apesar dos desafios e complexidades que a escola vive não se pode desconsiderar a sua importância na formação integral dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A integração do ambiente escolar e familiar não é uma tarefa fácil e não deve ser encarada de forma amadora e idealística” (Polônia & Dessen, 2005 p.310). Portanto, não deve ser enfrentada sem considerar a diversidade cultural da comunidade e sem conhecer os processos que permeiam os contextos familiares, mas, no entanto, apesar da complexidade e dos desafios estabelecidos na relação família e escola, não se pode deixar de reconhecer que ambas são indispensáveis para a formação global dos indivíduos.

Uma das dificuldades na integração família-escola é a não participação da família na construção do Projeto Político Pedagógico, desta forma não há o conhecimento das competências e o compartilhamento das responsabilidades de cada um. Sendo assim, as escolas necessitam elaborar no seu projeto pedagógico um espaço de valorização, considerar e trabalhar as práticas educativas da família e usá-las como recursos nas práticas de aprendizagens dos alunos. Para isso, deve respeitar as diferenças culturais, a formação para a cidadania e valorizar as decisões coletivas de forma democrática. E ainda, investir na criação e fortalecimento das associações de pais e mestres, nos colegiados e nos conselhos escolares, estabelecendo assim relações de proximidade com a comunidade escolar.

Faz se mister, que a E.E. “Ariano Suassuna” exercendo o seu papel social, promova a formação de redes sociais com a comunidade escolar, com os profissionais professores, pedagogos e orientadores educacionais da escola intervenções coletivas reflexões e ações dos processos e ensino e aprendizagem na busca da melhoria. Portanto, é imprescindível a implementação de projetos que levem em conta o contexto social e cultura no qual a escola esta inserida a fim de evitar modelos educacionais que são apropriados para outros contextos, tal diferenciação deve estar presente na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

A relação família e escola tem despertado o interesse dos pesquisadores, principalmente com relação ao desenvolvimento social e cognitivo. No entanto são poucas as pesquisas que investigam as inter-relações entre as famílias e a escola

(Polônia & Dessen, 2005 p.304). Para as autoras, tais pesquisas demandam uma visão integrada, contextualizada, sistêmica e ampla dos dois ambientes, o que nem sempre é possível, seja pela falta de infraestrutura, pela complexidade das instituições, quer pela falta de conhecimento dos pesquisadores, embora reconheçam a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto.

Concluimos que o aprofundamento de estudos nesta linha de pesquisa pode contribuir com a efetivação da gestão democrática, uma vez que o conhecimento ampliado desta relação vai fomentar a construção do PPP e permitir ao gestor escolar tomar decisões considerando as especificidades desta relação tão complexa.

REFERÊNCIAS

BARRETO. Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: www.tvbrasil.com/saltohttp://escoladegestores.mec.gov.br/site/5sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf acesso em 07/04/2015 18h20min.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, 1996.** Brasília: 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente,** Lei 8069/1990- 7ª ed. 2010 Disponível em: [http://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br/bd.camara.gov.br). Acesso: 29/11/2014

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.** Programa Bolsa Família. 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 1º de maio de 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação** RBPAE – v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007.

CARVALHO. Maria Eulina Pessoa, **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero** Cadernos de Pesquisa, nº 110-UFPB – 2000.

DESSEN, M. A., & POLONIA. Ana da Costa. **A Família e a escola como contextos de desenvolvimento humano** - Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil-2007.

DESSEN, M. A., & POLONIA. Ana da Costa **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola** - Psicologia Escolar e Educacional- volume 9 -2005

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução SEE nº 2197. De 26 de outubro de 2012.**

_____. **Pactuação das Metas e acordos de resultados 2013 - Ofício circular AGEI 02/2013.**

**ANEXO 1- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
ARIANO SUASSUNA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
“ARIANO SUASSUNA”

CLEIDMAR COSTA DE ALMEIDA PINHO
ELISÂNGELA SILVA SIQUEIRA
ELMA FERREIRA CAMPOS PINHEIRO

BELO HORIZONTE – 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
“ARIANO SUASSUNA”

A construção do PPP da Escola Estadual “Ariano Suassuna” é requisito da disciplina Projeto Vivencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para conclusão do mesmo, orientado pela Professora Assistente Jeanne Rodrigues da Escola de Gestores da Educação Básica da UFMG.

BELO HORIZONTE – 2014

SUMÁRIO

Introdução	3
1. Finalidades da educação	4
2. Estrutura Organizacional	6
2.1. Estrutura organizacional administrativa	6
2.2. Estrutura organizacional Pedagógica	8
3. Currículo	11
4. Tempos e espaços escolares	14
5. Processos de decisão	16
6. Relações de Trabalho	18
7. Avaliação	20
Considerações finais	22
Referências	24

INTRODUÇÃO

Este PPP apresenta algumas propostas e recomendações que podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação da Escola Estadual “Ariano Suassuna”, a partir de planejamentos e dos desafios colocados pela realidade social dos alunos desta escola, respeitando os princípios da gestão democrática, do direito a educação e da diversidade cultural.

A Escola Estadual “Ariano Suassuna” situada à Rua Celia Costa, 31, bairro Sr.^a da Glória, região noroeste de Belo Horizonte. Uma parcela da clientela atendida pela escola reside nos bairros vizinhos localizados em uma área com altos índices de violência e vulnerabilidade social.

A escola foi construída em 1959, fazendo parte da história do bairro como umas das primeiras instituições escolares fundadas na região. A princípio para atender os alunos do ensino fundamental, gradualmente foi expandindo para outras modalidades e ensino. Atualmente, a escola está organizada em três: no turno da manhã alunos do Ensino Médio, tarde os alunos do Fundamental dos 6^o ao 9^o ano e no noturno ela oferece o Ensino Médio por meio da Educação de jovens e Adultos. Contando com aproximadamente mil alunos matriculados. A escola possui uma boa estrutura física, estando atualmente em bom estado de conservação e limpeza.

Considerando o papel preponderante da Escola na formação da criança e do jovem, a Escola Estadual “Ariano Suassuna” busca a participação da comunidade em sua gestão, comprometendo-se com o respeito ao direito à educação e também com uma Proposta Política Pedagógica que contribua para a formação integral do aluno.

A gestão democrática da escola pública representa uma grande conquista para os gestores e para as políticas de gestão e de regulação da educação brasileira. Diante do crescimento tecnológico, mudanças nas relações de trabalho e principalmente pela universalização do ensino que permitiu o acesso das camadas populares de nossa sociedade à educação. A escola é desafiada a torna-se mais democrática e

participativa, respeitando as diferenças culturais, sociais e políticas dos seus educandos.

Desta forma, a Proposta Política Pedagógica ofertada pela escola almeja uma formação humana, que transcenda aos conteúdos escolares, buscando o desenvolvimento humano nas dimensões da ética, político e social.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. (FREIRE, 1979)

A educação é um dos direitos fundamentais da pessoa humana estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Formula no seu interior o princípio de que não deve haver discriminações e proclama o direito a educação de todos sem diferenças. Tal documento representa uma grande conquista da humanidade, visto que inspira os demais documentos relativos ao direito à educação e a finalidade da escola como mecanismo de luta contra as desigualdades sociais.

Segundo Cury (2002, p.3) a efetivação do direito à educação a partir da Constituição de 1988 no Brasil e a regulação e a legitimação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa o começo da busca pela igualdade de acesso das camadas populares ao ensino público:

A declaração e a efetivação desse direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que, tradicionalmente, reservaram apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. As precárias condições de existência social, os preconceitos, a discriminação racial e a opção por outras prioridades fazem com que tenhamos uma herança pesada de séculos a ser superada. (CURY, 2002, p.3).

O direito a educação foi consagrado pela primeira vez pela Constituição Federal de 1988, como direito social. Desta forma, estabelece que o poder público (União, Estados e Municípios) assumam formalmente a obrigação e garantia do direito a

educação a todos os brasileiros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 reafirma o direito a educação incluindo a formação integral, ou seja, além da formação para a cidadania deve qualificar o indivíduo para o trabalho.

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art.205).

O indivíduo se realiza e se desenvolve através do preparo para o exercício da cidadania quando a educação lhe permite almejar o bem estar social, ou seja, a partir de suas conquistas sociais. O que diferencia os cidadãos é a sua participação nas decisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país é qualidade da sua formação. Portanto, a escola é parceira da família na cidadania e nos conhecimentos necessários à capacitação de trabalhadores, oferecendo condições adequadas de aprendizagem do seu contexto de sua clientela e das necessidades globais do mercado de trabalho. Portanto, a Constituição Federal (BRASIL 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 preveem com semelhança o Pleno desenvolvimento do educando buscando inclusive, a sua preparação para o mercado de trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art.2º)

E ainda, o capítulo IV - do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer do Estatuto da Criança do Adolescente, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 reafirma como finalidade da educação a formação para a cidadania conforme art.53 e paragrafo único. Sobretudo com relação à participação da família e dos responsáveis na escolha da proposta política pedagógica da escola de seus filhos. Segundo o referido documento *“É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”* (BRASIL.1990 Art.53).

Para Dourado (2010 p.211) a qualidade da escola é também entendida com uma qualidade social, para tanto, deve contar com o envolvimento de toda comunidade escolar:

O reconhecimento de que a qualidade da escola para todos, entendida como qualidade social, implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e resgate social. (DOURADO, 2010 p.211)

Os princípios que orientam a ação educativa da E. E. “Ariano Suassuna”, estão apoiados nos diversos segmentos filosóficos e na formação de sujeitos capazes de analisar, compreender e intervir na sociedade em que vivem. Diante desta filosofia, a construção da Proposta Política Pedagógica da EE “Ariano Suassuna” busca: formar um ser humano integral, ético, crítico-reflexivo e principalmente atuante no meio em que vive. Desta forma, considera fundamental a participação e o envolvimento de todos os seus atores. Para isso, escola busca a cada dia melhorar o desempenho de seus alunos, respeitando as limitações e contexto social em que se insere.

Para Cury (2010 p.18) “O projeto pedagógico é a marca registrada de uma escola. Ele é a sua carteira de identidade”. Para o autor, a Proposta Política Pedagógica da escola deve envolver a todos no processo educacional: pais, professores, equipe pedagógica, coordenação administrativa e os alunos numa construção coletiva. E ainda, propor uma formação humana, que ultrapasse a aprendizagem de conteúdos escolares, considerando incorporar e integrar a várias dimensões do desenvolvimento humano.

2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 - Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Estadual “Ariano Suassuna” localizada à Rua Celia Costa, 31 no Bairro Nossa Senhora da Glória região noroeste de Belo Horizonte. Instalada num prédio de 02 pavimentos, possui 12 salas de aulas, uma cantina com refeitório, banheiros masculino e feminino com acesso para deficientes, 02 salas destinadas ao funcionamento da secretaria e setor de pessoal, uma sala de direção e outra para vice-direção. Possui uma sala de atendimento serviço pedagógico, uma sala de vídeo, duas quadras poliesportivas, sendo uma coberta; uma sala de informática com 25 computadores. A escola possui equipamentos necessários ao

funcionamento no cotidiano como: quadros brancos, equipamentos de mídia e som que auxiliam da diversificação das aulas, buscando desta forma, propiciar aos alunos o contato com ferramentas tecnológicas necessárias a formação contemporânea. O acervo da biblioteca é bastante diversificado, composto de um grande número de livros de literatura brasileira além de livros didáticos para consulta e uso dos professores.

Quanto ao quadro de pessoal, a escola possui aproximadamente 75 servidores entre efetivos e contratados. O quadro de funcionários é composto da seguinte forma: Sendo 14 Auxiliares de serviços de Educação básica, 06 Assistentes de educação básica, 01 secretaria, 03 vice-diretores, 03 Especialistas de Educação (Supervisor e Orientador) cerca de 40 professores, entre eles 04 em Ajustamento Funcional, 02 Afastamento da docência, 03 professores na função de Professor Uso da Biblioteca. Sendo que do total de quarenta e sete professores 25 atuam no ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

As turmas do ensino Fundamental são formadas por 35 alunos, no turno da tarde, já o Ensino Médio regular, turno manhã, são 40 alunos em cada turma, No turno da noite, a escola funciona como escola polo para atender a EJA, com 40 alunos por turma, num total de 10 turmas. Algumas turmas ultrapassam estes números devido à demanda. A organização das turmas, bem como o quantitativo de funcionários esta estabelecido pela Resolução SEE-MG Nº 2741, de 20 de janeiro de 2015. A referida resolução estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais, bem como a designação de novos professores e servidores observando a quantidade de alunos matriculados.

No que tange ao financiamento dos recursos da escola busca-se atender ao disposto no Art.212 da Constituição Federal de 1988.

A União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento de ensino. (BRASIL 1988 art. 212).

E ainda, são repassados pela União recursos de programas de apoio as Secretarias Estaduais e Municipais de educação que por sua vez repassam às instituições de Ensino. Tais programas e recursos possuem destinações específicas como: transporte, alimentação, manutenção e custeio, livro didático, etc.

A estrutura organizacional administrativa é comum a todas as escolas estaduais do estado de Minas Gerais, cabendo ao gestor escolar usar estratégias de gestão democrática que caracterizem e valorizem a qualidade da sua gestão.

2.2 - Estrutura Organizacional Pedagógica

A Pedagogia de Projetos é utilizada como ação pedagógica por todos os professores que se organizam por áreas exatas e humanas fazendo reuniões, traçando metas e objetivos, promovendo a interdisciplinaridade dos conteúdos.

As reuniões são realizadas durante o cumprimento do módulo aula por área de conhecimento e nos sábados, estabelecidos no calendário escolar como dias letivos e de reuniões gerais e pedagógicas.

Por meio da Pedagogia de Projetos a Escola Estadual “Ariano Suassuna”, busca resgatar as experiências e vivências dos educandos oferecendo aulas práticas. E ainda, incentiva a participação ativa dos alunos numa aprendizagem significativa ao vivenciar situações problemas, buscando soluções para os conflitos. Neste sentido, são organizados projetos desenvolvidos na escola, como por exemplo:

Projeto de integração família e escola – conforme meta 19 do Plano Nacional de Educação, o projeto busca integrar a comunidade escolar por meio de representantes das famílias dos estudantes ao projeto político pedagógico da escola visando uma maior participação;

Projeto Distratores Pedagógicos- visa à interação com objetos de jogos e brinquedos pedagógicos, que buscam desviar a atenção dos conflitos sociais que perturbam a atenção escolar e canaliza-la através dos distratores elaborados pedagogicamente para realimentar o processo de formação educacional;

Projeto Saúde na Escola – sensibilizar o estudante e a comunidade escolar para maior atenção à saúde básica, interligando a saúde com a escola junto com as Ciências e a Biologia, para melhor qualidade da saúde individual do estudante e da comunidade escolar;

Projeto Germinar- Cultivo de sementes e mudas em condições de controle da ciência. Sensibilizando os estudantes e a comunidade para a agricultura urbana;

Projeto Reciclar – Aumentar a percepção da transformação e transição do pensamento de lixo para o pensamento da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos materiais numa perspectiva educacional;

Projeto Rádio Escola – oportunizar ao aluno a manifestação de seus talentos individuais através da comunicação por som amplificado no recreio e nos momentos de comemorações na escola;

Projeto Tabuleiro Humano- praticar a democracia com a autocracia do reinado do jogo de xadrez, onde os estudantes são autores em forma de peça como sujeitos de sua formação cidadã;

Projeto núcleo pré-universitário – o aluno aprendendo a linguagem e postura do contexto universitário, identificando elementos que possibilitem seu acesso à universidade;

Projeto informática escolar via uso do aparelho celular – visa instrumentalizar o uso pedagógico do celular na sala de aula com finalidade pedagógica;

Estes entre outros são projetos ativos na escola. Por meio deles, a escola busca integrar a teoria e a prática na perspectiva de proporcionar experiências positivas aos alunos, valorizando suas vivências, permitindo-lhes enfrentar mais preparados os desafios da vida, enquanto cidadãos.

Para Dewey (1976 p.38), a educação é também vivências, acreditava que mais que preparação para a vida, os saberes são adquiridos na própria vida. Os saberes e habilidades do aluno poderiam ser agregados à sua vida enquanto ser humano, pessoa e cidadão atuante na sociedade. E ainda, segundo o autor, o professor deve apresentar os conteúdos escolares por meio de questões e nunca antecipar respostas ou soluções prontas. Ao invés de definir conceitos elaborados, usar metodologias que levam o aluno organizar os próprios conceitos pelo seu raciocínio para depois checar com os conhecimentos sistematizados por meio de aulas que permitam a utilização da prática do conteúdo aprendido.

A realização de vários projetos ao mesmo tempo torna-se proveitoso, uma vez que permite trabalhar diversas áreas de conhecimento, o que oportuniza o desenvolvimento da autonomia para solucionar problemas, e ainda proporciona a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade de conteúdos. Desta forma, confere aos alunos o atendimento as exigências da Secretaria de Estado de Educação com relação ao currículo de forma diferenciada.

De acordo com o artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, art.58) a escola pode cometer uma violência não física, ao ignorar a pluralidade cultural e não valorização de experiências diferenciadas. No intuito de respeitar a diferença, na Escola Estadual “Ariano Suassuna” a enturmação dos alunos é feita de forma que não haja classificação por rendimento, classe social ou qualquer outro diferencial, são enturmados por idade e ordem de matrícula.

A organização pedagógica com relação aos conteúdos é feita seguindo os Parâmetros Curriculares Nacionais que orientam e referencia o Ensino Fundamental (1998), sendo feitas adaptações à realidade da escola. Para o Ensino Médio Resolução SEE Nº 2.742, de 22 de janeiro de 2015 dispõe normas para o funcionamento do ensino médio nas escolas da rede pública do estado de Minas Gerais. Estabelece uma carga de horária anual de 833:20, num total de 2500 horas no final de 03 anos. Curso Presencial do Ensino Médio, Educação de Jovens e adultos a carga horária é semestral, duração de um ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais.

A idade mínima para matrícula em cursos de Médio é de dezoito anos de acordo com a Resolução SEE/MG nº 2197, de 26 de outubro de 2012. Esta mesma resolução também orienta a organização do Ensino Fundamental.

3- CURRÍCULO

Segundo Ferreira (2011, p 274), o termo currículo quer dizer as matérias constantes em um curso. Para que a escola possa cumprir com a sua função social, que é de formar cidadãos para o exercício pleno de sua cidadania e para o trabalho, faz-se necessário haver um currículo que atenda aos educandos em suas reais necessidades, oferecendo-lhes uma educação de qualidade, pautada nos princípios da lei. Onde seu trabalho esteja comprometido com a formação e no desenvolvimento intelectual, psíquico e moral em todo o processo de escolarização.

Segundo Santos e Paraíso (1996), as faces do currículo podem ser traçadas da seguinte forma:

- Currículo Formal: plano e propostas que são executadas no fazer acontecer escolar.
- Currículo em ação: atividades que acontecem nas escolas e dentro das salas de aulas.
- Currículo oculto: regras, normas e experiências que são estabelecidas em salas de aula. (SANTOS e PARAÍSO, 1996, p. 82-84).

Portanto, planejar o currículo, é uma atividade de competência da escola, e a Escola Estadual Ariano Suassuna têm o dever de assegurar aos seus alunos a capacidade que todos têm de aprender, dando-lhes condições de buscar informações em fontes diversas.

A escola desenvolve seu trabalho de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 Pareceres e Resoluções da Secretaria de Estado de Educação (SEE), que regulamentam a Educação Básica, lembrando-se que a Organização Curricular não deve ser fechada e rígida. A carga horária dos componentes curriculares é flexível e inovador, permitindo assim sua integração com as demais áreas do conhecimento. De acordo com a Resolução nº 2197, de 2012 em seu Artigo 56:

Art. 56. Na implementação do currículo, deve-se evidenciar a contextualização e a Interdisciplinaridade, ou seja, formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, permitindo aos alunos a compreensão mais ampla da realidade. A interdisciplinaridade parte do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos e a contextualização requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares aos alunos (MINAS GERAIS, 2012, art. 56).

Sendo esta uma tarefa de incumbência a todos os envolvidos no contexto educativo da comunidade escolar, á qual está inserida. De acordo com MINAS GERAIS, 2012, art. 24: A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Para atender às propostas que a legislação estabelece quanto às competências a ser desenvolvida na escola, busca-se a garantia do processo ensino aprendizagem. A interdisciplinaridade, onde o aluno está em constante aprendizado e a contextualização dos conteúdos curriculares, ampliando assim a aprendizagem dos alunos. O entendimento de que o currículo não é um instrumento neutro, não pode estar separado do contexto social, integra as propostas dos princípios pedagógicos estruturadores do currículo da Escola Estadual Ariano Suassuna.

Para a elaboração do currículo desta instituição, a Educação Básica será a expressão formal do currículo escolar, amparados no Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases nº9394\96 (BRASIL, 1996, art.26).

Art. 26- Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Ainda segundo a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 em seu Artigo 26 no inciso 1º(BRASIL, 1996, art.26), estabelece que: Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa, da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e a realidade social e política, especialmente a do Brasil.

O currículo da Escola Estadual Ariano Suassuna, está orientado por áreas de conhecimento, com a integração dos campos dos saberes, no qual a interdisciplinaridade é a base deste princípio. Assim sendo, respaldados pelo Projeto Político Pedagógico- PPP vai se construindo o currículo num processo dinâmico. De acordo com Belo Horizonte, (1994, p.33):

Nesta perspectiva, o processo de ensino aprendizagem não tem como finalidade a transmissão de conteúdos prontos, mas sim, a formação de sujeitos capazes de construir, de forma autônoma, seus sistemas de valores e, a partir deles, atuarem criticamente na realidade que os cerca.

O trabalho dos professores e demais funcionários, deverá ser articulado com as diversas áreas do conhecimento, para a estruturação de projetos a partir do trabalho interdisciplinar e também em articulação com as famílias e a comunidade escolar. Todos em prol de uma prática educacional inovadora e transformadora.

E neste momento, cabe repensar a Formação Continuada dos profissionais da educação, para então poderem habilitar aos alunos o enfrentamento das novas situações com criatividade. A sociedade moderna exige de seus cidadãos cada vez mais conhecimentos e novas aprendizagens relacionadas ao viver e conviver. Tornando-se difícil, se os alunos não tiverem o domínio das habilidades e competências para exercerem seu papel pleno de cidadãos críticos, reflexivos e aptos também ao mundo do trabalho. Assim sendo, serão inseridos de maneira inclusiva na dinâmica da sociedade.

4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os tempos e espaços escolares são de extrema importância, visto que é no ambiente escolar o local onde os alunos se encontram e interagem, trocando experiências e saberes. No espaço escolar há o tempo estipulado para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo, o tempo de cada aula, tempo para o recreio, atividades esportivas, tempo de planejamento para as atividades extraclasse, etc.

Dentro da escola, há diversos espaços que são utilizados por todos da comunidade escolar, como as salas de aula, a cantina, sala dos professores, sala da direção, pátio, etc. Freitas (2004, p.04) diz que “a questão das mudanças possíveis nos tempos e espaços escolares tem a ver, portanto, com as finalidades educacionais que são atribuídas a tais tempos e espaços”. Diante disso, Freitas (2004, p.14), diz que:

O espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos: “a escola deve ser um espaço de divulgação do que é produzido pela comunidade escolar. Este espaço democrático, criativo, de organização do pensamento, de debates e luta, constitui-se num instrumento de formação da cidadania”.

A Escola Estadual Ariano Suassuna, trabalha em regime de ciclos no ensino Fundamental, conforme RESOLUÇÃO Nº 07, de 14 de dezembro de 2010 e Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

Através do Ciclo de Alfabetização e Complementar devem garantir a continuidade da aprendizagem dos alunos, sem que haja interrupção, para que sejam alfabetizados e prossigam nos estudos. Não devendo confundir o ciclo de alfabetização como uma promoção automática, sem dar importância aos saberes. Pois, se acredita que com a reprovação os alunos ficam desestimulados e isso causa mais fracasso em uma vida escolar. Sobre este assunto o Ofício Circular nº 211/2014(SEE), fala em seu item 3, Da Progressão Continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental,

Art.27,§1º Devem, portanto, adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.

Sobre a organização do tempo escolar, a Resolução SEE Nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, no capítulo IV, fala:

DA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Art. 11 A jornada escolar no Ensino Fundamental deve ser de, no mínimo, 4 horas de trabalho diário, excluído o tempo destinado ao recreio.

Art. 12 Respeitados os dispositivos legais, compete à escola proceder à organização do tempo escolar no ensino fundamental e médio, assegurando a duração da semana letiva de 05 (cinco) dias.

Art. 13 Poderá ser organizado horário escolar, com aulas geminadas de um mesmo Componente Curricular, para melhor desenvolvimento do processo de ensino- aprendizagem (MINAS GERAIS, 2012, art. 11, 12 e 13).

O Tempo Escolar é dividido em três turnos. O 1º turno atende alunos do 1º ano do Reinventando o Ensino Médio e 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, no horário de 07h00min às 12h20min e 07h00min as 11h15min, respectivamente. No 2º turno estudam alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e no 3º turno, Ensino Médio Regular e EJA Ensino Médio. As aulas são em sua maioria no espaço da escola, com algumas excursões a museus, teatros e parques.

Cavaliere (2007) fala sobre como o tempo escolar vem sendo utilizado no Brasil e cita que:

Ao longo do século XX, o tempo de escola no Brasil vai sofrendo lentas mudanças em sua definição, a qual tende a ser compatibilizada com um novo tempo social baseado na cultura urbana. Esta última traz a escolarização das massas, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho infantil e a regulamentação das relações de trabalho (CAVALIERI, 2007, p.1018).

Sendo assim, cabe a Secretaria de Estado de Educação, juntamente com a direção escolar e pais e/ou responsáveis pelos alunos fiscalizarem como está sendo utilizado o tempo escolar, se há aprendizagem efetiva com finalidades de formação de um cidadão crítico e atuante. Ou se estão, simplesmente deixando que os alunos passem de um ano para outro, visto que não há reprovação no ciclo. Causando mais

caos, onde deveria ser solução. Em busca de uma educação de qualidade, os professores e supervisores escolares se encontram em um sábado por mês para planejar ações e discutir as melhores formas de se trabalhar com os alunos em prol de uma educação de qualidade. As reuniões pedagógicas acontecem geralmente na biblioteca ou na sala dos professores. Momento importante de interação e troca de experiências.

A Escola de Tempo Integral e Escola Aberta são exemplos de como o Tempo Escolar pode ser utilizado de uma maneira pedagógica, porém na Escola Ariano Suassuna não se trabalha com esses projetos.

5- PROCESSOS DE DECISÃO

Na Escola Estadual “Ariano Suassuna”, quando há alguma pendência em relação aos processos de decisão, a direção busca ouvir a todos, principalmente os alunos, público alvo da escola. Através dos representantes de turmas do Ensino Médio, os alunos levam para as reuniões tanto do colegiado como para reuniões de representantes com a direção, as principais reivindicações de todos os alunos. Tais reivindicações se referem tanto as questões pedagógicas como administrativas.

As movimentações financeiras e termos de compromissos assinados com a SEE são expostos nos murais da escola. As questões administrativas, financeiras e pedagógicas são repassadas ao colegiado para apreciação, deferimento ou indeferimento. O colegiado é o órgão que tem autonomia para tanto, pelo fato de ser composto por representantes de todos os segmentos da escola (pais, alunos, professores e funcionários do setor administrativo). E ainda, são realizadas assembleias gerais pelo menos duas vezes por ano, no início e no final do ano. Sendo que, as reuniões de colegiado são feitas sempre que necessário decidir algum assunto específico. Através de edital de convocação enviado aos membros uma semana antes, juntamente com a pauta informando o assunto e afixado em pontos estratégicos da escola.

As reuniões pedagógicas com os pais para entrega de resultados são realizadas regularmente, assim como os conselhos de classe no final de cada bimestre,

obedecendo ao calendário escolar. Quando há necessidade de reuniões para resolver algum assunto relacionado ao desenvolvimento dos alunos ou qualquer outro assunto que a comunidade deseja discutir, são agendadas reuniões com a supervisora e vice-diretora e/ou diretora. E dependendo da gravidade do assunto, se for o caso de decisão através de colegiado, como por exemplo, o caso de um funcionário ou aluno que apresente algum comportamento que não seja adequado ao ambiente escolar. Há convocações extraordinárias do colegiado para resolverem a situação.

Outra maneira para se resolverem conflitos no ambiente escolar, é ter na própria escola, mediadores de conflitos que pode ser professores e alunos ou membros da comunidade escolar, que devem ser escolhidos através do perfil de um conciliador, fazer curso e assim resolverem os problemas internos, caso haja.

A E. E. “Ariano Suassuna” considera ser de fundamental importância, a formação de um cidadão crítico e atuante, conhecedor de seus direitos e deveres. No entanto, ao lidar com adolescentes nem sempre conseguimos conscientizar a todos de suas responsabilidades. É necessária a participação de todos nos processos de decisão juntamente com o administrativo da gestão escolar. Sendo assim, reuniões pedagógicas ocorridas mensalmente aos sábados, acabam se tornando a primeira etapa do processo decisão na escola. Pois, através delas os professores, supervisores e direção discutem objetivos, ações para construir o PPP. Nesse sentido no caderno 5, Conselho escolar, gestão democrática e escolha de diretores (2004, p.52), ressalta que,

Nesse cenário, questões como avaliação educacional, planejamento escolar, calendário, projeto político-pedagógico, eleições, festas e muitas outras atividades e decisões contam com a participação cada vez maior dos pais, dos estudantes, dos professores, dos funcionários, entre outros. Essas mudanças acarretam a necessidade de se pensar o processo de organização e os mecanismos de participação na escola e, ainda, de estruturar a gestão com a participação de outros membros além do diretor. (BRASÍLIA, 2004, p.52)

Nas reuniões de pais, eles também opinam e expõem as melhorias que deveriam ser feitas na escola e depois de montado o PPP de acordo com a comunidade escolar, o documento é levado para o colegiado aprovar e assinar, assim como o

Regimento Escolar com todas as regras da instituição. As reuniões do Colegiado escolar acontecem através de editais convocações, divulgados pela escola uma semana antes da data marcada e constam no calendário escolar. Efetivando assim, uma gestão democrática de fato. No caderno 5 sobre Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor(MEC 2004, pág.50), diz que,

A garantia de efetivação da participação cidadã sugere, portanto, a vivência de dinâmicas coletivas de participação nas esferas de poder e de decisão, pois os processos de participação, cuja natureza, caráter e finalidades se direcionam para a implementação de dinâmicas coletivas, implicam o compromisso com o partilhamento do poder por meio de mecanismos de participação envolvendo os atores e o seu papel nesse processo. (BRASÍLIA, 2004, p.50)

Sendo assim, é importante a participação ativa e atuante de todos os membros do colegiado escolar, pois só dessa forma é possível uma gestão democrática de verdade.

6- RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho nas instituições de ensino, respaldadas na gestão democrática acontece por meio da participação coletiva. Assim sendo, o gestor é um articulador entre os diversos segmentos e comunidade escolar, no sentido da efetivação da gestão democrática. De acordo com Paro (2001, p.144):

O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade.

O gestor na Escola Estadual Ariano Suassuna, busca ser um articulador no contexto educacional e está subordinado à Secretaria de Estado de Educação- SEE, cumprindo as ordens de seus superiores, repassando aos demais essas determinações, estando à frente das necessidades da comunidade escolar a qual está inserida e no cumprimento da lei, que institui como direito dos educandos um

ensino de qualidade. O gestor é peça fundamental no processo do trabalho coletivo. Propiciando um diálogo permanente entre direção e demais segmentos da instituição escolar, favorecendo assim o ensino de qualidade.

A Escola Estadual Ariano Suassuna, está pautada nos princípios da gestão democrática e participativa, onde o gestor atua como articulador da boa convivência, os segmentos escolares possuem representatividade estando inseridos no Conselho Escolar, direcionados pelo Projeto Político Pedagógico (PPP), fruto de participação e construção coletiva. Onde as relações interpessoais e conflituosas são resolvidas no diálogo, respeito mútuo, no trato com urbanidade e na colaboração para o crescimento do indivíduo como ser humano e no desenvolvimento intelectual e afetivo de comunicação. De acordo com Japecanga (2014 p. 46) é preciso:

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicatos, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, neste sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

As famílias em sua grande maioria da comunidade escolar estão envolvidas no contexto educacional pela participação dos projetos desenvolvidos pela escola, onde a mesma diante desse desafio busca na interação da família como ponte para o bom desempenho escolar de seus alunos respaldados por uma educação de qualidade. O supervisor pedagógico está sempre envolvido com toda a equipe de gestores para resolverem as situações de conflitos e formação humana.

Os professores em busca de uma formação continuada participam dos cursos que são oferecidos pelo Ministério de Educação e Cultura- MEC. E também pelos que são oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação- SEE em parceria com as Universidades e ainda outros particulares á título de pós-graduação, buscando aprimorar seus conhecimentos e sua prática docente em prol do ensino de qualidade, favorecendo o ensino aprendizagem no processo educacional.

Assim sendo, há flexibilidade na aceitação do outro, para que se possa zelar pela formação de seus educandos onde essa formação ultrapasse a aprendizagem dos conteúdos, integrando ás múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, cumprindo com a função social de formar o ser humano para o exercício pleno de cidadania.

7- AVALIAÇÃO

Segundo Ferreira (2011, p.121) avaliação é o ato de avaliar, ou o resultado deste ato. A avaliação da instituição escolar deve diferir da avaliação da aprendizagem dos alunos. Ao avaliar o corpo discente, também se avalia o corpo docente, pois o aprendizado dos alunos está relacionado ao conhecimento obtido em sala de aula por meio de seus professores, sendo estes, parte importante do processo ensino aprendizagem.

Para além da avaliação de desempenho dos educandos, verificada pelo processo ensino aprendizagem, avalia-se também esse processo por parte de seus educadores e demais envolvidos, permitindo assim uma visão de todo este contexto. É com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, que há a avaliação de desempenho dos professores. Conforme Apodaka (apud Lampert, 1999, p. 126) a avaliação docente é eficaz quando dá lugar a uma melhoria na docência mediante uma auto avaliação crítica do professorado. Assim sendo, este mecanismo proporciona momentos de reflexão e debate em torno da atuação de cada profissional do contexto escolar.

E todos esses resultados e indicadores da avaliação da instituição escolar, também podem ser úteis. Segundo Darling- Hammond e Ascher Apud Souza (1991, p.37):

Se os indicadores do contexto escolar ou da performance escolar ajudam as escolas e suas comunidades a monitorar a qualidade e a igualdade de oportunidades disponíveis aos estudantes, se eles provêm ricas informações para a solução de problemas locais da escola, então eles apoiarão processos de tomada de decisões responsáveis e, ao longo do tempo, mais educação com controle social.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, em seu Artigo 9º, garante que as avaliações colaboram com o sistema para avaliar e promover novos procedimentos para a melhoria da qualidade do ensino. De acordo com o Artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases, LDB nº 9394\96, artigo 9º Inciso IV busca-se: "IV Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (BRASIL, 1996, art.9)".

Assim sendo, a escola cumpre com sua função social, atendo-se com a qualidade do ensino e a formação do corpo discente para o exercício da cidadania, constituindo-se o desenvolvimento pleno de seus educandos. E neste contexto, a avaliação da Escola Estadual Ariano Suassuna representará uma total inclusão social e também uma inserção de todos os “atores” envolvidos neste processo escolar. Contudo, torna-se imprescindível a atuação do Conselho Escolar no âmbito educacional, pois, segundo Navarro (2004, p. 38-40):

Tendo esse panorama global do processo educativo, o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade.

Assim sendo, a instituição escolar por meio de sua representação maior, o Conselho Escolar, não deve avaliar somente pelo quantitativo. Deve levar em consideração todo o processo no qualitativo, como exemplifica Navarro (2004, p. 38-40):

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. No entanto, mesmo que o Conselho Escolar opte por iniciar a avaliação da escola pelo desempenho discente, ele não pode perder a visão de todo o processo, estabelecendo um cronograma para as demais avaliações.

A Escola Estadual Ariano Suassuna, cumpre com zelo sua função social na formação de seus educandos, preparando-os para exercício pleno em sociedade e para o trabalho. Divide as avaliações em 4 (quatro) bimestres, sendo notas no ensino fundamental II, Médio e Educação de Jovens e Adultos- EJA, sendo distribuídos 25 pontos por bimestre, totalizando assim cem pontos anual. Também os projetos, além de suporte de participação das famílias, são avaliados qualitativamente.

Em suma, após obter o resultado de todo este processo qualitativo, passando das avaliações cotidianas para as avaliações em larga escala que o corpo docente, verifica o nível de aprendizado dos discentes, utilizando-os como instrumentos para diagnosticar os avanços e as dificuldades, sendo por meio das quais são repensadas novas estratégias e novas formas de intervenção. Também a instituição escolar observa o rendimento de seus alunos nas provas em larga escala, como do

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB, que foi criado para garantir a qualidade e a melhoria no ensino brasileiro. Como afirma Navarro (2004 p.38-40).

No processo de avaliação, o Conselho Escolar precisa levar em conta: a) os resultados do SAEB; b) as avaliações já desenvolvidas pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) a sua própria avaliação. Delas, devem ser analisadas todas as dimensões do processo educativo: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola, o trabalho docente e o desempenho discente. Cada uma dessas dimensões possui aspectos específicos a serem avaliados. Importante verificar o desempenho da escola em cada um desses aspectos, além de propor ações para sua melhoria. Vale indicar, também, o cronograma para o desenvolvimento dessas ações e a responsabilidade dos diversos segmentos sobre cada uma delas. Muitos são os mecanismos para a coleta de dados e informações para a avaliação: entrevista, questionário e observação.

As atividades diárias no campo educacional requerem planejamento, execução e avaliação. E o campo da avaliação do rendimento escolar, faz-se necessário traçar metas para alcançar os objetivos propostos. Assim sendo, a Escola Estadual Ariano Suassuna, acredita que avaliação deve ser contínua, processual e qualitativa, propiciando a construção do conhecimento, sendo usada como estratégia para acompanhar o contínuo e progressivo aprendizado do aluno.

Considerações finais

Em busca de uma educação de qualidade, o presente documento tem como pressuposto, orientar os educadores da Escola Estadual Ariano Suassuna, em prol da formação de um cidadão ativo e apto a exercer seus direitos na sociedade.

Através da gestão democrática, com um colegiado ativo e atuante, colaborando com o gestor e toda equipe pedagógica, juntamente com uma comunidade escolar, presente e interessada no que ocorre na instituição, é possível conseguir o almejado sucesso na educação.

Focando na elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que tenha a identidade da instituição, com suas especificidades, de acordo com a realidade daqueles que nela frequentam, é possível atrair a comunidade escolar e mostrar através de ações que unidos em prol de uma educação de qualidade, poderemos

mudar uma realidade que nos incomoda e transformá-la em algo diferente e/ou melhor. De acordo com AZEVEDO (2002, p.03):

[...] Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão. A motivação, entretanto, constitui um trabalho próprio do imaginário. Daí porque sem imagens fortes que estimulem as ações, um projeto corre o risco de não se viabilizar, tendo em vista que as nossas imagens constituem uma força, e é impossível mudar sem que nossas representações sejam trabalhadas.

Sendo assim, o que se espera é que o PPP seja um documento que valorize a diversidade cultural e pluralidades de alunos, professores e demais da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Janete M.L. de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar, **Revista Educação & Sociedade n. 80**, Campinas: CEDES, 2002.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Escola Plural: Proposta Política Pedagógica (Caderno 0)** – Belo Horizonte: PBH, 1994.

_____. Belo Horizonte. **Escola Plural: proposta político-pedagógica**. Cadernos Educação Básica (MEC) No. 5. Brasília, 1994.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394, 1996. Brasília: 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Secretaria de Educação** – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso: 29 /11/2014

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069/1990- 7ª ed. 2010 Disponível em: <http://bd.camara.gov> <http://bd.camara.gov.br>. Acesso: 29/11/2014

CASTRO, Marta Luz Sisson. A Gestão da Escola Básica: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. **Em Aberto**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994>.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100>

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. São Paulo. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010. Acesso 29/11/2014.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1971.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio Júnior; **Dicionário escolar da língua portuguesa**, Curitiba: Positivo, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? . 27ª. Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf

GRACINDO, Regina Vinhaes. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: BRZEZINSKI Iria (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em: Acesso em 29/06/2014.

LAMPERT, Ernani. **Universidade, Docência, Globalização.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

MEC. RESOLUÇÃO Nº 07/2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Brasília, 14 de dezembro de 2010.

NAVARRO, Ignêz Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto.** Brasília: MEC/SEB, 2004. 38-40. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno2 Parte VII e VIII).

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo, Xamã, 1999.

_____. Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991, 5º ed.

_____. Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PIAGET, J. **A epistemologia genética.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária Ltda., 1990, p 12.

SANTOS, Lucíola; PARAÍSO, Marlucy Alves. Dicionário crítico da educação: currículo. **Presença Pedagógica,** Belo Horizonte.

MELLO, G.N. **Educação escolar: paixão, pensamento e prática.** São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1986.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. **Resolução SEE nº 2.442, de 7 de novembro de 2013.**

_____. **Resolução SEE nº 2486, de 20 de dezembro de 2013.**

_____. **Resolução SEE nº 2197. De 26 de outubro de 2012.**